



Demonstrações Financeiras

2024

Minupar Participações S.A.

Companhia aberta – Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/0001-40 – NIRE 43300031161

Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1.535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)

Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3

Sumário

1. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	3
2. Relatório da administração.....	7
3. Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis.....	15
4. Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes.....	16
5. Parecer do conselho fiscal.....	17
6. Balaço Patrimonial.....	18
7. Demonstrações de Resultados.....	19
8. Demonstrações dos fluxos de caixa.....	20
9. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido.....	21
10. Demonstração do Resultado Abrangente.....	22
11. Demonstração do Valor Adicionado.....	23
12. Notas Explicativas.....	24

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Aos Acionistas e Administradores da
Minupar Participações S/A
Lajeado – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Minupar Participações S/A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Minupar Participações S/A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, a qual indica que, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 472.284 mil (R\$ 487.051 mil em 31 de dezembro 2023) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 311.861 mil (negativo R\$ 323.886 mil em 31 de dezembro 2023), e o passivo circulante, excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.192 mil e 381.556 mil, no individual e consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2023, no individual e consolidado, excedeu em R\$ 1.159 mil e R\$ 382.943 mil, respectivamente).

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Obrigações tributárias

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 – Obrigações tributárias, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos S.A., possui o montante de R\$ 520.577 mil (R\$ 497.320 mil em 31 de dezembro de 2023) relativo a obrigações tributárias.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** entendimento dos processos e avaliação dos controles relacionados a apuração dos tributos e divulgação das obrigações tributárias; **(b)** avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes.; **(c)** efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis; **(d)** avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração, bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; e **(e)** avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas para a mensuração e o reconhecimento das obrigações tributárias, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para contingências

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20 – Provisão para contingências, a Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda e à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** entendimento do fluxo de processos relevantes sobre as contingências e divulgação de passivos contingentes; **(b)** avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as contingências e divulgações relacionadas; **(c)** verificação da consistência das informações existentes no relatório de processos da Companhia com as respostas dos advogados; **(d)** discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; **(e)** avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis os montantes registrados como provisão para contingências bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Romeu Sabino da Silva
Contador CRC 1RS-071.263/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

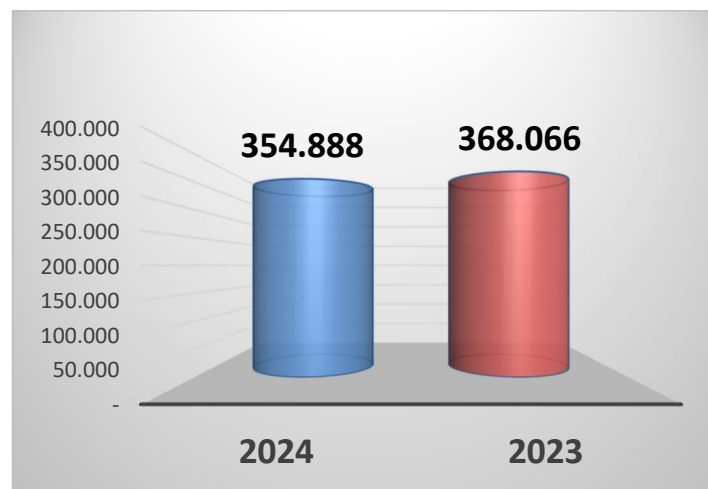
Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2024. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 354.888 no exercício de 2024, e de R\$ 368.066 no exercício de 2023. A redução de 3,71% na receita líquida de 2024 quando comparada ao exercício de 2023, está associada aos impactos da enchente que atingiu todo o estado do Rio Grande do Sul ao final do mês de abril de 2024. Tal fato acabou por interromper a atividade produtiva de algumas unidades da Companhia, e seus reflexos estão demonstrados de forma detalhada na nota explicativa nº 34.2 - Enchente.

Abaixo demonstramos a variação trimestral da receita líquida do exercício de 2024, em comparação aos mesmos períodos do exercício de 2023.



No quadro a seguir são apresentadas informações quantitativas e qualitativas relativas a atividades desenvolvidas pela Companhia.

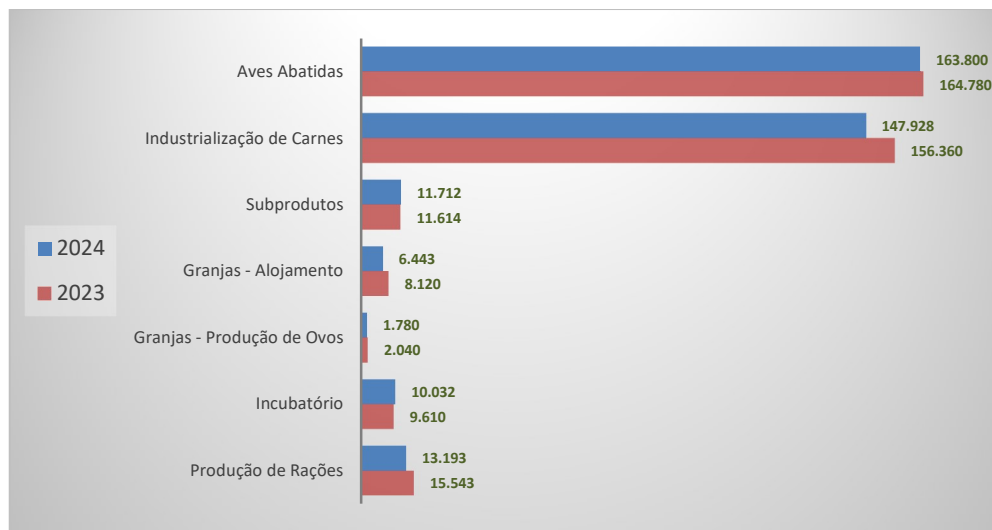
Informações em Quantidade

Produção	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%
Aves abatidas (un/mil)	43.292	42.817	1%	-	-	0%	43.292	42.817	1%
Industrialização de carnes (ton)	6.628	9.168	-28%	14.704	15.421	-5%	21.332	24.589	-13%
Subprodutos (ton)	32.386	35.888	-10%	-	-	0%	32.386	35.888	-10%
Granjas - Alojamento (un/mil)	364.155	551.760	-34%	-	-	0%	364.155	551.760	-34%
Granjas - Produção de Ovos (un/mil)	8.124	8.593	-5%	-	-	0%	8.124	8.593	-5%
Incubatório - Produção de Pintos (un/mil)	59.576	59.992	-1%	-	-	0%	59.576	59.992	-1%
Produção Rações (ton)	241.973	264.980	-9%	-	-	0%	241.973	264.980	-9%

Informações em R\$ Mil

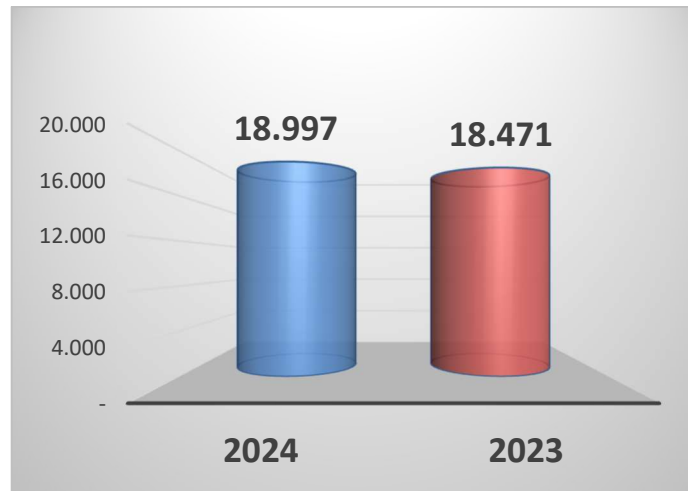
Segmento	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%
Aves Abatidas	163.800	164.780	-1%	-	-	0%	163.800	164.780	-1%
Industrialização de Carnes	39.848	55.429	-28%	108.080	100.931	7%	147.928	156.360	-5%
Subprodutos	11.712	11.614	1%	-	-	0%	11.712	11.614	1%
Granjas - Alojamento	6.443	8.120	-21%	-	-	0%	6.443	8.120	-21%
Granjas - Produção de Ovos	1.780	2.040	-13%	-	-	0%	1.780	2.040	-13%
Incubatório - Produção de Pintos	10.032	9.610	4%	-	-	0%	10.032	9.610	4%
Produção de Rações	13.193	15.543	-15%	-	-	0%	13.193	15.543	-15%
Total	246.808	267.135	-8%	108.080	100.931	7%	354.888	368.066	-4%

COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA ANUAL DE 2024 E 2023, POR ATIVIDADE:



DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

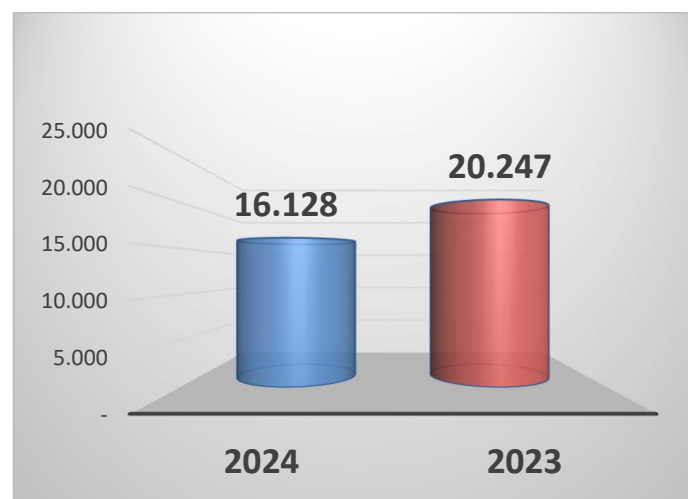
As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizam R\$ 18.997 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 18.471 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de aproximadamente 2,85%, na sua maior parte, impactado pelas contas de folha de pagamento.



DESPESAS COM VENDAS

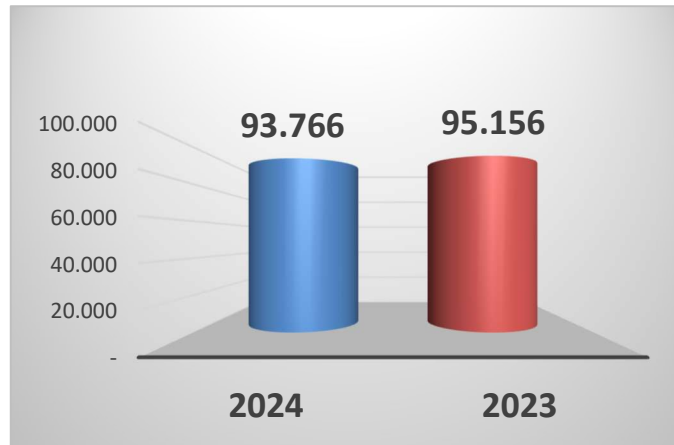
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as despesas com vendas totalizaram R\$ 16.128, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o número era de R\$ 20.247, equivalentes a 4,54% e 5,50% respectivamente da receita operacional líquida.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2024 quando comparada com as despesas realizadas em 2023, está associado ao formato de negociação dos fretes marítimos sobre as vendas realizadas no Mercado Externo. No exercício de 2024 houve um aumento no volume de vendas realizadas na modalidade de frete “*FOB - Free On Board*”, quando em 2023, as negociações estavam sendo realizadas em volume maior na condição “*CFR - Cost And Freight*”. Além disso, os custos dos fretes marítimos em 2024 tiveram uma leve queda de preços, quando comparados com os custos praticados em 2023.



LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto totalizou R\$ 93.766 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivalente a 26,42% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2023 alcançou R\$ 95.156 equivalente a 25,85% da receita operacional líquida.



Em relação ao Lucro Líquido, no gráfico abaixo, demonstramos um comparativo dos últimos cinco anos entre o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Ajustado:



EBITDA / LAJIDA

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização).

No quadro a seguir, demonstramos o EBITDA acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.050	11.909
(+) IRPJ/CSLL	4.208	(5.160)
(+) Resultado financeiro	29.779	35.586
EBIT	46.037	42.335
(+) Depreciações e amortizações	7.656	10.638
EBITDA	53.693	52.973
(+/-) Eventos não recorrentes (a)	11.422	8.275
EBITDA - Ajustado	65.115	61.248
Receita Líquida	354.888	368.066
Ralação % EBITDA ajustado	18,35%	16,64%

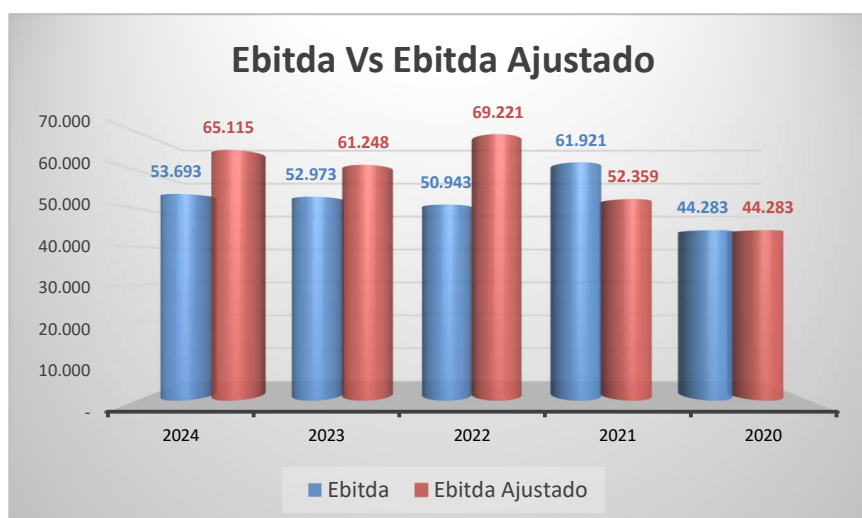
(a) Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão relacionados à ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”.

Abaixo um demonstrativo dos ajustes:

Ajuste	Valor	Divulgação
Provisão para Perda	2.717	NE nº 28 - item "b"
Perdas Enchente	13.815	NE nº 28 - item "d"
Créditos Fiscais	(6.761)	NE nº 29
Normas Contábeis	1.651	
Total	11.422	

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

No gráfico abaixo, demonstramos um comparativo entre o Ebitda e o Ebitda Ajustado dos últimos cinco anos:



Recursos Humanos

Situação	dez/24	dez/23	Variação	
			Qtde	%
Funcionários Ativos	2.291	2.557	(266)	-10,40%
Funcionários Afastados	269	232	37	15,95%
Total	2.560	2.789	(229)	-8,21%

Conforme apresentado acima, o quadro de funcionários sofreu uma redução de 8,21% quando comparado ao exercício de 2023. Este fato está relacionado à dificuldade na retenção de mão de obra voltada à atividade produtiva, associada à alta oferta de empregos na região.

Na intenção de mitigar estes desafios, atualmente a Companhia conta com profissionais de mais de 40 municípios, além de possuir em seu quadro de colaboradores, 20% de estrangeiros com origem em 16 diferentes países.

No mês de dezembro de 2024, a Companhia recebeu o selo *GPTW - Great Place to Work*, uma certificação internacional que destaca empresas que priorizam um ambiente de trabalho saudável. Este selo é o reflexo do nosso compromisso com o bem-estar e o desenvolvimento dos nossos colaboradores.

Situação Jurídica

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos administrativos e judiciais, abrangendo as esferas tributária, cível, trabalhista e outras. Todos os processos estão sendo cuidadosamente monitorados pelo departamento jurídico da Companhia, em colaboração com escritórios de advocacia externos.

Nos processos tributários, discute-se principalmente a cobrança de contribuições previdenciárias, imposto de renda, IPI e ICMS.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estavam envolvidas em 58 processos cíveis, os quais tratam principalmente de questões rotineiras de seus negócios, tais como discussão sobre títulos de crédito, contratos, indenização, entre outras. Isso representa uma redução de 16 ações em comparação ao encerramento anterior, refletindo a postura da administração em diminuir os passivos pretéritos.

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, encerrou o exercício de 2024 como parte em 362 Reclamatórias Trabalhistas ativas, o que representa uma redução de 22 ações em comparação ao encerramento do exercício anterior. Contudo, foram ajuizadas 200 novas reclamatórias no decorrer desse exercício, um número superior ao de 2023, quando foram recebidos 159 novos processos. Tal aumento é decorrente de demandas pontuais originadas após as enchentes que assolaram o Vale do Taquari nos meses de abril e maio de 2024, mas que já foram integralmente resolvidas.

Em razão do segmento de atuação da controlada indireta, a quantidade de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por ano é considerado fator relevante de impacto. Assim, a Companhia continua a manter uma atuação preventiva por meio de trabalho conjunto com os setores de recursos humanos e SESMT, sua representação através de escritório especializado na área, a

realização estratégica de acordos e a mitigação de medidas judiciais com prognóstico reduzido de êxito, visando à redução de custos e da quantidade de processos em andamento.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo.

Ao final do exercício de 2024 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, trouxe ao mercado uma nova linha de produtos com a marca *Minu*, composta por Patês de carne de frango e suíno. Tal ação, visa além do incremento no mix de produtos comercializados, o compromisso com a força da sua marca, e o reconhecimento dos seus clientes e parceiros.

A consolidação dos contratos de parceria com terceiros, e a constante busca por alternativas para solução de seus passivos tributários remanescentes, reforçam ainda mais as expectativas de um futuro promissor.

Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é de R\$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias. No transcorrer do ano de 2024, as ações da Companhia estiveram presentes em 4.696 negociações realizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, totalizando R\$ 12.214.347,48.

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019), a Companhia informa que reconhece a importância de proteger a privacidade de seus usuários, visitantes, clientes, fornecedores e demais pessoas físicas envolvidas com a empresa. Outrossim, já instituiu o programa interno que contempla de forma ampla a gestão da privacidade. Além disto, já possui em seu portal as informações de contato do responsável pela proteção de dados (DPO - Data Protection Officer), bem como a política de privacidade e opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, disponível no site da empresa <https://www.minupar.com.br/lgpd>, e através do e-mail privacidade@minuano.com.br.

A Companhia ressalta ainda que o programa implantado “Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais” é um programa que mantém o olhar diário sobre o tema da privacidade.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Companhia é auditada pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, à qual possui registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nº 01127-4.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009 e suas respectivas alterações, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam

com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nosso agradecimento pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, parceiros, fornecedores e instituições financeiras. Ao nosso quadro de colaboradores, agradecemos a dedicação contínua, especialmente no trabalho realizado para a rápida retomada das atividades da Companhia, após os impactos causados pelas enchentes que atingiram todo o estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024. Seguimos juntos reforçando o compromisso com a nossa marca e a qualidade dos nossos produtos.

Lajeado (RS), 27 de março de 2025.

A Administração

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Lajeado, 27 de março de 2025.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca de Siqueira
Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da **Minupar Participações S.A.** abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Lajeado, 27 de março de 2025.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca de Siqueira
Diretor de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Minupar Participações S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou:

- (i) as demonstrações financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024;
- (ii) o Relatório da Administração; e
- (iii) o relatório sem ressalvas emitido pela Grant Thornton Brasil Auditores Independentes.

Com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam que as Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Lajeado, 27 de março de 2025.

Maria Elvira Lopes Gimenez
Conselheira Fiscal

Celso Cândido Filho
Conselheiro Fiscal

Henrique Barcelos Ercoli
Conselheiro Fiscal

Balço Patrimonial

Para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	NE	Controladora		Consolidado			NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23			31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	379	291	Fornecedores		264	264	18.740	18.573
Contas a receber	5	-	-	61.485	57.076	Salários e encargos sociais a pagar	13	173	180	16.105	16.680
Estoques	6	-	-	22.178	16.087	Empréstimos e financiamentos		-	-	-	274
Adiantamentos a fornecedores		1	-	341	671	Arrendamentos a pagar	14	-	-	1.727	1.343
Impostos a recuperar	7	303	303	19.918	18.319	Adiantamento de clientes		-	-	18.298	14.657
Outros ativos	8	58	49	106.697	85.585	Obrigações tributárias	15	37	49	517.109	497.320
						Parcelamentos	16	32	21	4.897	5.248
Total do Ativo Circulante		362	352	210.998	178.029	Impostos diferidos	17	-	-	902	902
						Outros passivos	18	1.048	997	14.776	5.975
						Total do Passivo Circulante		1.554	1.511	592.554	560.972
Ativo Não Circulante						Passivo Não Circulante					
Depósitos judiciais	20	1	1	4.045	5.215	Partes relacionadas	19	61.377	48.003	49.826	37.578
Partes relacionadas	19	5.777	5.777	-	-	Empréstimos e financiamentos		-	-	-	163
Outros ativos	8	6.134	6.134	6.135	8.816	Arrendamentos a pagar	14	-	-	5.318	5.687
Impostos a recuperar	7	-	-	334	266	Parcelamentos	16	125	168	18.645	23.111
Propriedade para investimento	9	-	-	18.750	22.472	Impostos diferidos	17	-	-	14.737	16.071
Imobilizado	10	-	-	128.454	105.882	Provisão para contingências	20	-	-	6.049	7.890
Direito de Uso	11	-	-	5710	6318	Provisão para perda de investimentos	9	261.079	286.468	-	-
Intangível	12	-	-	578	299	Total do Passivo Não Circulante		322.581	334.639	94.575	90.500
Total do Ativo Não Circulante		11.912	11.912	164.006	149.268	Patrimônio Líquido					
						Capital social	21	120.108	120.108	120.108	120.108
						Ajuste de avaliação patrimonial	21	34.081	36.823	34.081	36.823
						Prejuízo acumulado		(472.284)	(487.051)	(472.284)	(487.051)
						Reserva de Incentivos Fiscais	21	6.234	6.234	6.234	6.234
						Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		(311.861)	(323.886)	(311.861)	(323.886)
						Participação dos não controladores		-	-	(264)	(289)
						Total do Patrimônio Líquido		(311.861)	(323.886)	(312.125)	(324.175)
Total do Ativo		12.274	12.264	375.004	327.297	Total do Passivo		12.274	12.264	375.004	327.297

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receita operacional líquida	24	-	-	354.888	368.066
Custos operacionais	25	-	-	(261.122)	(272.910)
Lucro bruto		-	-	93.766	95.156
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	26	(1.034)	(1.087)	(18.997)	(18.471)
Com vendas	27	-	-	(16.128)	(20.247)
Outras despesas operacionais	28	(16)	(2.977)	(22.549)	(26.597)
Outras receitas operacionais	29	-	9	9.945	12.494
Total despesas operacionais		(1.050)	(4.055)	(47.729)	(52.821)
Resultado antes da equivalência patrimonial		(1.050)	(4.055)	46.037	42.335
Resultado de equivalência patrimonial	9	25.389	23.123	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		24.339	19.068	46.037	42.335
Despesas financeiras	30	(12.314)	(9.266)	(51.390)	(51.116)
Receitas financeiras	31	-	8	21.611	15.530
Resultado financeiro		(12.314)	(9.258)	(29.779)	(35.586)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		12.025	9.810	16.258	6.749
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.1	-	2.075	1.424	5.160
Imposto de renda e contribuição social corrente	17.1	-	-	(5.632)	-
Lucro líquido do exercício		12.025	11.885	12.050	11.909
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores		-	-	12.025	11.885
Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	25	24
Lucro diluído por ação	33	1,69364	1,67392	1,69716	1,67730

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do período	12.025	11.885	12.025	11.885
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	8.446	10.638
Provisão para riscos de créditos	-	-	95	761
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	-	-	1.049	68
Juros e encargos financeiros c/ partes relacionadas	12.251	9.217	12.251	9.346
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(2.075)	(1.424)	(5.160)
Participação de minoritários	-	-	25	24
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	-	1.933	90
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	(2.041)	(6.998)
Provisão para perda (Impairment)	-	-	2.668	11.312
Atualização de passivos tributários	-	-	21.425	27.121
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Ajuste trava cambial	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(25.389)	(23.123)	-	-
	(1.113)	(4.096)	56.452	59.087
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(4.504)	(3.348)
Estoques	-	-	(6.091)	(6.819)
Impostos a recuperar	-	(303)	(1.667)	(5.259)
Adiantamento a fornecedores	(1)	-	330	302
Outros ativos	(9)	(49)	(18.163)	(22.004)
Depósitos judiciais	-	-	1.170	1.361
Fornecedores	-	-	167	3.598
Obrigações tributárias	(44)	2.079	(6.453)	(8.706)
Salários e encargos sociais a pagar	(7)	32	(575)	1.115
Adiantamento de clientes	-	-	3.641	2.967
Obrigações judiciais	-	-	(2.566)	(8.255)
Outras obrigações	51	55	11.371	781
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.123)	(2.282)	33.112	14.820
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizados	-	-	(34.404)	(19.395)
Aquisições de intangíveis	-	-	(366)	(51)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	-	(34.770)	(19.446)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	-	-
Varição de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	(414)	83
Contraprestação de arrendamentos a pagar	-	-	2.163	(346)
Varição com partes relacionadas	1.123	(2.968)	(3)	(5.370)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.123	(2.968)	1.746	(5.633)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(5.250)	88	(10.259)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	-	5.250	291	10.550
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	-	379	291
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(5.250)	88	(10.259)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Incentivos Fiscais	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	120.108	37.067	(499.180)	-	6.234	(335.771)	(313)	(336.084)
Lucro líquido do exercício	-	-	11.885	-	-	11.885	24	11.909
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(244)	244	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.108	36.823	(487.051)	-	6.234	(323.886)	(289)	(324.175)
Lucro líquido do período	-	-	12.025	-	-	12.025	25	12.050
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(2.742)	2.742	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.108	34.081	(472.284)	-	6.234	(311.861)	(264)	(312.125)

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Lucro líquido do exercício	12.025	11.885	12.050	11.909
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	12.025	11.885	12.050	11.909
Atribuído aos acionistas controladores			12.025	11.885
Atribuído aos acionistas não controladores			25	24

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receitas	-	9	377.746	389.995
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	368.332	385.089
Outras receitas	-	9	9.509	5.667
Provisão para riscos de créditos	-	-	(95)	(761)
Insumos adquiridos de terceiros	(339)	(276)	(168.082)	(180.586)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(138.142)	(145.194)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(339)	(276)	(29.940)	(35.392)
Valor adicionado bruto	(339)	(267)	209.664	209.409
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(8.446)	(10.638)
Valor adicionado líquido produzido	(339)	(267)	201.218	198.771
Valor adicionado recebido por transferência	25.345	23.106	5.957	6.519
Resultado de equivalência patrimonial	25.389	23.123	-	-
Receitas Financeiras	-	8	5.355	(398)
Outras	(44)	(25)	602	6.917
Valor adicionado a distribuir	25.006	22.839	207.175	205.290
Distribuição do valor adicionado	25.006	22.839	207.175	205.290
Remuneração do Trabalho	708	781	139.561	139.844
Remuneração direta	605	651	114.767	115.840
Benefícios	103	130	18.494	17.459
FGTS	-	-	6.300	6.545
Remuneração do Governo	3	933	20.264	18.328
Federais	3	920	12.047	8.645
Estaduais	-	13	8.217	9.683
Remuneração Capitais de Terceiros	12.270	9.240	35.300	35.209
Juros	12.270	9.240	35.300	35.209
Outros	-	-	-	-

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América, Ásia e Oceania.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações financeiras individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, obrigações tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 15 e 16), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia havia acumulado prejuízos no montante de R\$ 472.284 (R\$ 487.051 em 31 de dezembro 2023), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 311.861 (negativo R\$ 323.886 em 31 de dezembro 2023). O passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.192 e 381.556 (em 31 de dezembro de 2023, no individual, excedeu 1.159, e no consolidado, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 382.943).

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	Período de Adesão	Controladora		Consolidado	
		Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/24	Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/24
Parcelamento - Lei 11.941/09	2009	67	-	67	-
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	497	157	76.297	11.563
Parcelamento - PERT	2017	-	-	56.548	7.865
	Total	564	157	132.912	19.428

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores.

O quadro de pessoas envolvidas em todo ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentável o crescimento das operações da Companhia.

1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as demonstrações financeiras devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, sendo as referidas demonstrações financeiras aprovadas, e sua divulgação autorizada para o dia 27 de março de 2025.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações financeiras da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta

Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações financeiras de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações financeiras individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais,

também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,00% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Direito de Uso

Em virtude do IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos

de baixo valor, estes arrendamentos são reconhecidos como despesa operacional durante o período de vigência do contrato.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis, e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa de juros incremental.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, todavia, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido junto ao respectivo fornecedor.

A Companhia efetua a remensuração do passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Arrendamentos a Pagar” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Direito de Uso” no Balanço Patrimonial das demonstrações financeiras.

3.14 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.17 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.18 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.19 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.20 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.21 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos períodos, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.22 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.23 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.24 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia analisou as novas normas contábeis bem como alterações nas normas vigentes, e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que ainda não estejam vigentes. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;
- IFRS S2 - Requisitos de divulgação relacionados ao clima, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;
- Alteração na IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025;
- Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 - Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027;

Em relação às melhorias anuais ao IFRS - Volume 11, a adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026:

- IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas;
- IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

3.24.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2024, foram:

- Alteração ao IFRS 16 - Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*;
- Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como “Circulante” ou “Não Circulante”;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações sobre operações de risco sacado.

Em relação às alterações supracitadas, a Companhia não identificou nenhum impacto que viesse a alterar sua divulgação em se tratando de adoção ou interpretação das novas normas, visto que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não são aplicáveis à Companhia e suas controladas.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Caixa	-	-	19	15
Bancos - Conta Corrente	-	-	360	276
Total	-	-	379	291

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Mercado interno	-	-	51.310	54.688
Mercado externo	-	-	14.277	6.395
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(4.102)	(4.007)
Total	-	-	61.485	57.076

Vencidos	31/12/24		31/12/23	
Até 30 dias	3.220	5%	12.458	22%
De 31 a 60 dias	295	0%	216	0%
De 61 a 90 dias	308	1%	219	0%
De 91 a 120 dias	134	0%	1	0%
De 121 a 150 dias	6	0%	18	0%
De 151 a 180 dias	-	0%	3	0%
Acima de 180 dias	4.102	7%	4.007	7%
Sub-total	8.065	13%	16.922	29%
À vencer				
Até 30 dias	31.357	51%	25.462	45%
De 31 a 60 dias	22.413	36%	18.699	33%
De 61 a 90 dias	3.752	7%	-	0%
Sub-total	57.522	94%	44.161	78%
Provisão para perda esperada	(4.102)	-7%	(4.007)	-7%
Total	61.485	100%	57.076	100%

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Produtos prontos	-	-	3.829	2.560
Produtos em elaboração	-	-	48	84
Matérias primas	-	-	5.626	4.913
Materiais de embalagem	-	-	1.861	1.800
Materiais de manutenção	-	-	10.814	6.730
Total	-	-	22.178	16.087

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
IRRF a recuperar	-	-	45	34
IRPJ e CSLL a recuperar	303	303	391	1.161
PIS e COFINS a recuperar (a)	-	-	9.331	3.374
ICMS a recuperar	-	-	3.905	2.995
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	520	751
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	1.324	1.282
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	4.402	4.192
INSS a Compensar	-	-	-	4.530
Circulante	303	303	19.918	18.319
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	334	266
Não Circulante	-	-	334	266

- a) A aumento na rubrica de Pis e Cofins a recuperar está relacionado ao trabalho de recuperação de créditos tributários, cujos reflexos são apresentados na nota explicativa nº 29 – Outras receitas operacionais.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Consórcios contemplados	-	-	-	203
Despesas antecipadas	58	49	820	607
Numerários em trânsito (a)	-	-	103.495	78.066
Trava Cambial (b)	-	-	-	4.594
Minupar Participações S/A (c)	-	-	3.786	3.786
(-) Provisão para perda (Impairment) (d)	-	-	(1.404)	(1.671)
Circulante	58	49	106.697	85.585
Agostinho Carrer (e)	15.769	15.769	15.769	15.769
Outros	-	-	2.410	5.091
(-) Provisão para perda (Impairment) (e)	(9.635)	(9.635)	(12.044)	(12.044)
Não Circulante	6.134	6.134	6.135	8.816

- a) A rubrica “numerários em trânsito” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio). A prática adotada pela Companhia para conversão destes recebíveis é superior a 90 dias.
- b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou

perda destas operações em rubrica denominada de “trava cambial”, a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Em 31 de dezembro de 2024 o ajuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de passivo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 – Outros passivos. Neste período, a Companhia detinha 46 contratos de trava cambial que totalizavam \$ 15.809 dólares.

Demais informações sobre os contratos de trava cambial estão apresentadas neste relatório, através da nota explicativa nº 23 – Instrumentos financeiros.

c) A Companhia firmou acordo judicial nos autos dos processos de execução nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado – RS. Tais processos foram ajuizados pela empresa Dohler S.A. baseados em parcial inadimplemento de Instrumento de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos de Crédito Tributário datado de 21/11/2008.

Durante o trâmite dos referidos processos, as partes chegaram a firmar um acordo prevendo, entre outros pontos, a subscrição de 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas da Minupar Participações S.A. para a Dohler S.A., porém, essa última passou a discutir a validade deste acordo, ponto que também foi objeto de decisão judicial.

Em resumo, a sentença da 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS foi de parcial procedência aos embargos à execução da Companhia, declarando a validade do acordo firmado, no entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou integralmente a sentença, declarando ineficaz o acordo discutido e, por consequência, determinando a devolução das ações até então de posse da Dohler S.A. para a Minuano.

Apesar da Companhia Minuano ter prosseguido com os recursos cabíveis visando alterar a decisão, paralelamente buscou compor o débito em discussão e obteve êxito no acordo. As partes acordaram com um prazo para pagamento parcelado até dezembro de 2023, o qual foi integralmente liquidado, e a Dohler cedeu à Companhia Minuano as 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A, em devolução àquelas que lhe haviam sido entregues por meio do acordo judicial anterior. O valor considerado nas ações foi o nominal da época de sua dação em pagamento, qual seja, R\$ 3.786 mil, sendo que este efeito está destacado na nota explicativa nº 29 – Outras receitas operacionais.

Importa esclarecer que a Minupar não figurou como parte das referidas demandas judiciais, pelo que não foi possível a restituição direta dos títulos à Minupar. Logo, a Companhia Minuano de Alimentos passou a ser, temporariamente, titular das ações transacionadas no citado acordo judicial.

No mês de maio de 2023 a Companhia encaminhou consulta formal à CVM, diante do disposto no artigo 244 da Lei 6.404/76 que veda a participação recíproca entre a companhia e suas controladas. Em 20/12/2023 foi recebido o retorno definitivo da CVM, que concluiu que as ações foram regularmente emitidas e que a transferência das ações pela Döhler à Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta da Minupar, não se caracterizou como uma operação de aquisição de ações de controladora por controlada, vedada pela legislação, com isso, não se verifica impedimento para que a Companhia Minuano de Alimentos efetue a negociação destas ações no mercado.

Importante citar que, considerando o total adimplemento do acordo, todos os processos foram extintos e arquivados definitivamente no exercício de 2024. As ações transacionadas continuam na posse temporária da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, e serão destinadas a tempo e modo definidos pela administração.

d) Os valores registrados como provisão para perda, referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica “Minupar Participações S.A.”, considerando o valor atual de cotação das ações da Companhia.

e) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, os quais reconheceram a existência de dívida, para resolver todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens). Entretanto, sob a alegação de crise no setor avícola, as devedoras passaram a requerer suspensões provisórias dos pagamentos das parcelas principais, de modo que, desde julho de 2020 restou acordada a obrigação de pagar apenas do valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

Ocorre que os pagamentos, mesmo que parciais, deixaram de ser adimplidos a partir de novembro de 2022, além disso, em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da empresa Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, uma das partes do acordo, e com o intuito de refletir a incerteza dos eventuais impactos de forma mais conservadora, a Companhia, optou por manter em suas demonstrações financeiras apenas os valores que já estão depositados em juízo, o que representa a quantia de R\$ 6.134.

Apesar disto, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos.

Outro montante que compõe a rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0, referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, tendo em vista que restaram infrutíferas as tentativas de acordo, fazendo com que o pagamento do débito esteja relacionado à decisão do Juízo Recuperacional, enquanto vigente o plano de pagamento da recuperação judicial da devedora.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/12/2024 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(227.192)	(82.399)	(309.591)
+/- Equivalência Patrimonial	16.996	6.127	23.123
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(210.196)	(76.272)	(286.468)
+/- Equivalência Patrimonial	18.634	6.755	25.389
Provisão para perda de investimento em 31/12/2024	(191.562)	(69.517)	(261.079)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado			Consolidado		
	31/12/24			31/12/23		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(8.264)	16.234	24.498	(7.910)	16.588
Máquinas e equipamentos	11.391	(8.575)	2.816	11.391	(8.149)	3.242
Outros	290	(251)	39	290	(244)	46
(-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)	(5.146)	-	(5.146)
Total	35.840	(17.090)	18.750	38.775	(16.303)	22.472

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2024 são contabilizados a valor de custo.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação feita através de cotações junto a corretores de imóveis, e nesta análise não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e identificou-se a necessidade de reconhecer ajuste pela redução ao valor recuperável no valor de R\$ 2.935, destes, R\$ 2.475 é pertinente a Granja São Rafael, localizada no município de Cruzeiro do Sul/RS e R\$ 460 é pertinente ao complexo industrial localizado no município de Jaraguá do Sul/SC.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em						Saldo em
	31/12/23	Adições	Baixas	Deprec.	Impairment	Transf.	
Terrenos	7.742	-	-	-	-	-	7.742
Obras civis	16.588	-	-	(354)	-	-	16.234
Máquinas e equipamentos	3.242	-	-	(426)	-	-	2.816
Outros	46	-	-	(7)	-	-	39
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	(2.935)	-	(8.081)
Total	22.472	-	-	(787)	(2.935)	-	18.750

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	Consolidado			Taxas	Consolidado		
		31/12/24				31/12/23		
		Custo	Deprec.	Líquido		Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	97.402	(31.974)	65.428	2,00% - 5,00%	83.475	(30.757)	52.718
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	81.249	(45.883)	35.366	3,33% - 11,11%	69.415	(44.705)	24.710
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	4.337	(1.773)	2.564	4,76% - 20,00%	3.761	(1.654)	2.107
Computadores	5,56% - 20,00%	2.648	(1.429)	1.219	5,56% - 20,00%	2.555	(1.352)	1.203
Veículos	7,14% - 10,00%	990	(795)	195	7,14% - 10,00%	990	(760)	230
Imobil. em Andamento	-	8.089	-	8.089	-	9.321	-	9.321
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		210.322	(81.868)	128.454		185.124	(79.242)	105.882

Em 2023 a Companhia contratou uma empresa especializada em trabalho de levantamento patrimonial, cujo intuito foi regularizar as bases de informações com o acervo físico de bens existentes e em situação adequada para uso. Além disso, foi realizada a revisão da vida útil remanescente dos bens. O trabalho supracitado foi concluído e formalizado através de laudo emitido em 30 de setembro de 2023.

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/22	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/23
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	51.484	19	-	(3.285)	4.500	52.718
Maquinas e equipamentos	20.393	3.105	(47)	(2.400)	3.659	24.710
Moveis e utensílios	1.810	379	(16)	(201)	135	2.107
Computadores e periféricos	1.156	284	(23)	(226)	12	1.203
Veículos	154	100	-	(24)	-	230
Imobilizações em andamento	2.123	15.508	(4)	-	(8.306)	9.321
Total	92.713	19.395	(90)	(6.136)	-	105.882

Grupo	Saldo em 31/12/23	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/24
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	52.718	212	(3.827)	(2.560)	18.885	65.428
Maquinas e equipamentos	24.710	2.497	(181)	(2.724)	11.064	35.366
Moveis e utensílios	2.107	568	(76)	(249)	214	2.564
Computadores e periféricos	1.203	296	(101)	(268)	89	1.219
Veículos	230	-	-	(35)	-	195
Imobilizações em andamento	9.321	29.702	(682)	-	(30.252)	8.089
Total	105.882	33.275	(4.867)	(5.836)	-	128.454

Compõe o montante de R\$ 4.867 registrado como baixas de imobilizado, o valor de R\$ 4.215 referente às perdas ocorridas no período das cheias, conforme registrado na nota explicativa nº 34.2 - Enchente. Em relação às adições, do montante total de R\$ 33.275, R\$ 17.027 refere-se aos investimentos realizados para recuperação das unidades atingidas.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui oito contratos classificados na rubrica “Direito de Uso”, sendo seis deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. Destes contratos não utilizou de nenhum expediente prático. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro abaixo:

	Taxa	Vida útil	Saldo 31/12/23	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldo 31/12/24
Imóveis	16,51%	6	178	-	(89)	89
Máquinas e Equipamentos	17,32%	5	6.140	1.129	(1.648)	5.621
			6.318	1.129	(1.737)	5.710

12 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	Consolidado			Consolidado		
		31/12/24			31/12/23		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	778	(423)	355	447	(336)	111
Marcas e Patentes	-	223	-	223	188	-	188
Total		1.001	(423)	578	635	(336)	299

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em				Transf.	Saldo em
	31/12/22	Adições	Baixas	Amort.		
Softwares	156	11	-	(56)	-	111
Marcas e Patentes	148	40	-	-	-	188
Total	304	51	-	(56)	-	299

Grupo	Saldo em				Transf.	Saldo em
	31/12/23	Adições	Baixas	Amort.		
Softwares	111	331	(1)	(86)	-	355
Marcas e Patentes	188	35	-	-	-	223
Total	299	366	(1)	(86)	-	578

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

13 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Provisões de férias e 13º	-	-	9.909	10.114
Provisões convenção coletiva	-	-	2.279	2.516
Salários a pagar	173	180	3.905	3.963
Rescisões a pagar	-	-	-	74
Outras obrigações a pagar	-	-	12	13
Total	173	180	16.105	16.680

14 - Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Arrendamentos a pagar - CP	2.672	2.374
(-) Encargos a apropriar - CP	(945)	(1.031)
Total - Passivo Circulante	1.727	1.343
Arrendamentos a pagar - LP	6.492	7.506
(-) Encargos a apropriar - LP	(1.174)	(1.819)
Total - Passivo Não Circulante	5.318	5.687

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a Pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2025	2.672	(945)	1.727
2026	2.339	(682)	1.657
2027	2.339	(398)	1.941
2028	1.715	(86)	1.629
2029	99	(8)	91
Total	9.164	(2.119)	7.045

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.030
(+) Remensuração	-
(+) Novos contratos	1.129
(-) Contratos encerrados	-
(+) Encargos	1.049
(-) Contraprestação	(2.163)
Saldo em 30 de setembro de 2024	7.045

15 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
INSS a recolher	21	25	293.089	281.502
FGTS a recolher	-	-	845	899
IRRF a recolher	13	23	515	892
IRPJ a recolher	-	-	110.746	106.680
CSLL a recolher	3	1	42.294	40.186
COFINS a recolher	-	-	51.780	49.983
PIS a recolher	-	-	11.039	10.617
Impostos Retidos	-	-	735	713
ICMS a recolher	-	-	1.133	1.130
Outros	-	-	4.933	4.718
Total	37	49	517.109	497.320

Abaixo demonstramos os valores de forma segregada, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e RFB - Receita Federal do Brasil:

	31/12/24			31/12/23		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.719	291.370	293.089	3.815	277.687	281.502
FGTS a recolher	845	-	845	899	-	899
IRRF a recolher	515	-	515	892	-	892
IRPJ a recolher	1.336	109.410	110.746	-	106.680	106.680
CSLL a recolher	494	41.797	42.291	1	40.185	40.186
COFINS a recolher	-	51.780	51.780	-	49.983	49.983
PIS a recolher	-	11.039	11.039	-	10.617	10.617
Impostos Retidos	41	697	738	46	667	713
ICMS a recolher	1	1.132	1.133	1	1.129	1.130
Outros	50	4.883	4.933	60	4.658	4.718
Total	5.001	512.108	517.109	5.714	491.606	497.320

Os valores relativos aos tributos apresentados na coluna “PGFN” estão acrescidos de juros, multas e encargos calculados pelo sistema de cobrança da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (sistema regularize). Vale destacar, que o programa de regularização tributária prevê benefícios que poderão resultar em alterações dos valores apurados e apresentados no quadro anterior, porém, até o momento não é possível dimensionar os efeitos de tais ajustes. O pedido de regularização permanece sob análise junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

16 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
PERT (a)	-	-	1.707	1.568
Lei 12.996/14 (b)	32	19	2.352	2.239
Lei 11.941/09	-	2	-	2
FGTS	-	-	707	683
ICMS	-	-	2	11
Ordinário	-	-	129	745
Circulante	32	21	4.897	5.248
PERT (a)	-	-	6.158	7.235
Lei 12.996/14 (b)	125	162	9.211	11.076
Lei 11.941/09	-	6	-	6
FGTS	-	-	3.007	3.587
ICMS	-	-	-	3
Ordinário	-	-	269	1.204
Não Circulante	125	168	18.645	23.111

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2023	(18.491)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2023	3.809
Saldo remanescente em 31/12/2023	8.803
(+) Atualização Selic de Jan-24 até Dez-24	570
(-) Pagamentos efetuados de Jan-24 até Dez-24	(1.508)
Saldo remanescente em 31/12/24	7.865
Circulante	1.707
Não circulante	6.158

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia		
						%	R\$	
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-	
		Multa	86	(17)	69	50%	35	
		Juros	197	(39)	158	80%	126	
		Encargos	143	(29)	114	100%	114	
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-	
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171	
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654	
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118	
		Total		46.741	(9.349)	37.392		25.218

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta

PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/2024	(16.337)
Saldo remanescente em 31/12/2024	11.563
Circulante	2.352
Não circulante	9.211

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

17- Impostos diferidos - Passivo

	31/12/24	31/12/23
IRPJ diferido	663	663
CSLL diferido	239	239
Circulante	902	902
IRPJ diferido	10.836	11.817
CSLL diferido	3.901	4.254
Não Circulante	14.737	16.071

No quadro a seguir são demonstrados os itens que compõem o cálculo dos Impostos Diferidos em 31 de dezembro de 2024:

Item	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Custo atribuído de Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Custo atribuído de Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421
Custo atribuído de Máquinas e Equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Custo atribuído de Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Custo atribuído de Veículos	191	48	17	65
Custo atribuído de Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Diferença temporal de Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferença temporal de Créditos Fiscais não Compensados	5.343	1.336	481	1.817
Total	82.515	20.631	7.427	28.058
Diferimento até 31/12/2024		(9.132)	(3.287)	(12.419)
Saldo em 31/12/2024		11.499	4.140	15.639
Circulante		663	239	902
Não Circulante		10.836	3.901	14.737

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

17.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Lucro antes do IR e CS	12.025	9.810	16.258	6.749
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(4.089)	(3.335)	(5.528)	(2.295)
Resultado de participações societárias	(8.632)	(7.862)	-	-
Provisão p/ perda (Impairment)	-	-	(924)	-
Contingências	-	-	(626)	(6.119)
Diferença de depreciação	-	-	693	(1.322)
Variação cambial	-	-	(1.541)	189
Ajustes de Faturamento - CPC47	-	-	296	(648)
Provisão de devedores duvidosos	-	-	-	219
Outros	3.020	4.151	404	(349)
Despesa efetiva de IR e CSLL	(1.524)	(375)	3.830	(5.735)
IRPJ e CSLL - Diferido	-	2.075	1.424	5.160
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(5.632)	-
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	24%	0%

18 - Outros Passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Processos judiciais a pagar	-	-	647	3.212
Provisões de despesas	-	-	1.208	1.719
Seguros a pagar	44	36	80	79
Outras obrigações	1.004	961	3.297	965
Trava Cambial (a)	-	-	9.544	-
Total	1.048	997	14.776	5.975

a) O montante de R\$ 9.544 refere-se ao efeito negativo entre a taxa de câmbio contratual vinculada aos contratos de trava cambial, frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Em 31 de dezembro de 2023, período comparativo, o ajuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de ativo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 - Outros ativos.

19 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A Companhia e suas controladas adotam a prática de aprovação da remuneração global anual dos administradores em Assembleia Geral Ordinária, sendo que na Minupar a remuneração aprovada é individualizada em Reunião do Conselho de Administração. O valor global anual é o limite máximo a ser observado durante o ano e não, efetivamente, os valores realizados.

Considerando que a Assembleia Ordinária de 2024 da Companhia está suspensa por determinação judicial, para o ano corrente está sendo respeitado o mesmo valor aprovado no ano anterior na Assembleia realizada no dia 28 de abril de 2023, que fixou o limite global anual em até R\$ 700 mil.

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada em Assembleias Geral Ordinária realizadas no dia 26 de abril de 2024, da seguinte forma:

- a) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- b) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- c) Minuano - em até R\$ 4.500 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no exercício de 2024 em comparação ao exercício de 2023:

	31/12/24		31/12/23	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	350	350	484	484
Diretoria executiva	140	1.772	139	2.336

b) Operações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Ativo não circulante				
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	5.777	5.777	-	-
Passivo não circulante				
Companhia Minuano	11.548	10.425	-	-
Acionistas e outros	49.829	37.578	49.826	37.578
Total	61.377	48.003	49.826	37.578

As operações *intercompany* referem-se à pagamentos efetuados pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, referente a despesas operacionais nominais às empresas *holdings* (Minupar Participações S.A. e Valepar S.A.), as quais não possuem previsão contratual definindo índice de remuneração, e os prazos estipulados para recebimento e liquidação estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas.

Em relação à rubrica “Acionistas e outros”, encontra-se registrado contrato de mútuo firmado com acionista e ex-administrador, cujas taxas de juros poderiam ser diferentes se realizado com terceiros. Esse passivo foi reconhecido no primeiro trimestre de 2012 no passivo não circulante, com base nas condições contratuais vigentes.

O inadimplemento das obrigações contratuais deu origem à Execução de Título Extrajudicial, ajuizada em 16/12/2016 contra a Companhia. Em resposta, a Companhia apresentou Embargos à Execução, que foram recebidos sem efeito suspensivo. Essa execução, que visava à cobrança integral do mútuo (principal e juros), foi extinta sem resolução de mérito em outubro de 2023, em razão da ausência de título executivo extrajudicial completo. A decisão transitou em julgado.

Em outubro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de uma nova ação ajuizada pelo mutuante (Execução de Título Extrajudicial - “Segunda Execução”), visando à cobrança do valor principal, atualizado com taxas inferiores às pactuadas no contrato original. O valor da causa da Segunda Execução foi de R\$ 8.229, correspondente ao montante histórico de R\$ 1.365 atualizado monetariamente pelo IGP-M, e acrescido de juros remuneratórios de 1% ao mês desde a assinatura do contrato, em 22/03/2012.

A Companhia apresentou Embargos à Execução, os quais foram recebidos com efeito suspensivo. Tal decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela recursal formulado pelo exequente, em Agravo de Instrumento.

20 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Consolidado				Consolidado		
31/12/24				31/12/23		
Natureza	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	4.975	(3.340)	1.635	6.590	(4.611)	1.979
Cível	732	(705)	27	1.117	(604)	513
Tributária	342	-	342	183	-	183
Total	6.049	(4.045)	2.004	7.890	(5.215)	2.675

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldo Inicial		Provisões	Reversões	Saldo Final
	31/12/23				31/12/24
Contingências Trabalhistas	6.591	3.035	(4.650)	4.976	
Contingências Tributárias	183	608	(449)	342	
Contingências Cíveis	1.116	288	(673)	731	
Total	7.890	3.931	(5.772)	6.049	

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2024, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 37.854 (R\$ 29.896 em 31 de dezembro de 2023), destes, R\$ 17.207 (R\$ 14.457 em 31 de dezembro de 2023) são relativos à natureza cível e R\$ 20.589 (R\$ 15.439 em 31 de dezembro de 2023) são relativos à natureza trabalhista.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 15 e 16.

21 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social da Companhia é de R\$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Em virtude das cheias que atingiram o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, realizou a baixa pela perda de ativos conforme demonstrado na nota explicativa nº 34.2 - Enchente. Parte dos ativos baixados foi reconhecida pelo custo atribuído no momento de sua adoção inicial, e a baixa destes ativos resultou no impacto de R\$ 1.318. Essa movimentação está em conformidade com as normas contábeis vigentes e foi devidamente reconhecida nas demonstrações financeiras do exercício de 2024, refletindo de maneira fidedigna a posição patrimonial da Companhia.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia registra os valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial na coluna de “Reserva de Lucros”.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que tal benefício, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não é cumulativo, e sua utilização somente é permitida nos períodos em que a controlada não apurar saldo credor de ICMS.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada “Reserva de Incentivos Fiscais”.

e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui a cobertura de seguros para as unidades Granjas, Incubatório e sede administrativa, e considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em relação as unidades fabris, importante mencionar que as plantas estão localizadas às margens do rio Taquari, e após os eventos climáticos que atingiram suas estruturas, o custo para as novas apólices aumentaram de forma bastante significativa. Além disso, tais apólices não cobrem sinistros relacionados a enchentes e/ou ciclones.

Tais situações acabam por inviabilizar a contratação de novos seguros, porém, a Companhia informa que segue dedicando todos os esforços necessários na realização de adequações, e na busca por um custo razoável nas novas apólices.

23 - Instrumentos financeiros

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) **Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) **Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 46 contratos de trava cambial ativos em 31 de dezembro de 2024, totalizando o montante de US\$ 15.809. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 5,25 a R\$ 6,26, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R\$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.343	6,1917	97.887	(9.544)
Recebíveis sem trava	3.211	6,1917	19.884	6,1917	19.884	-
Total	19.021		108.227		117.771	(9.544)

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2024, a qual indica o montante de R\$ 117.771.

Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 6,00. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.343
Recebíveis sem trava	3.211	6,0000	19.268
Total	19.021		107.611

d) **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/24	Selic estimada
		15,00%
INSS a recolher	293.089	337.052
FGTS a recolher	845	972
IRRF a recolher	515	592
IRPJ a recolher	110.746	127.358
CSLL a recolher	42.291	48.635
COFINS a recolher	51.780	59.547
PIS a recolher	11.039	12.695
Impostos Retidos	738	849
ICMS a recolher	1.133	1.303
Outros	4.933	5.673
Total	517.109	594.676

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2025, que foi de 15,00%.

24 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Receita bruta de produtos e serviços	368.577	385.351
Mercado Interno	260.475	284.402
Mercado Externo	108.102	100.949
(-) Deduções da Receita Bruta	(13.689)	(17.285)
(-) Mercado Interno	(13.666)	(17.268)
(-) Mercado Externo	(23)	(17)
Receita líquida de produtos e serviços	354.888	368.066
Mercado Interno	246.809	267.134
Mercado Externo	108.079	100.932

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

25 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais consolidados segregados por natureza, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Salários	(74.433)	(78.182)
Encargos sociais	(19.477)	(19.589)
Benefícios a empregados	(17.036)	(15.297)
Férias e 13º salário	(17.965)	(16.197)
Matérias primas	(44.375)	(50.117)
Materiais de embalagem	(19.305)	(22.905)
Energia elétrica	(17.127)	(18.466)
Manutenção Industrial	(18.220)	(17.882)
Serviço de terceiros	(11.728)	(12.702)
Depreciações	(7.378)	(6.947)
Combustíveis e lubrificantes	(3.996)	(4.676)
Equipamento de proteção	(2.829)	(2.712)
Análises laboratoriais	(2.048)	(1.959)
Frete s/ compras	(1.483)	(1.339)
Locações/Aluguéis	(1.438)	(1.644)
Taxas e encargos legais	(222)	(235)
Outros gastos	(2.062)	(2.061)
Total	(261.122)	(272.910)

26 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Salários	(605)	(651)	(7.414)	(7.426)
Benefícios a empregados	-	-	(2.518)	(3.511)
Encargos sociais	(103)	(130)	(1.305)	(1.064)
Férias e 13º salário	-	-	(1.328)	(1.499)
Serviço de terceiros	(191)	(150)	(4.280)	(2.193)
Depreciações	-	-	(270)	(302)
Energia elétrica	-	-	(116)	(109)
Manutenção Predial	-	-	(321)	(193)
Taxas e encargos legais	(3)	(30)	(74)	(127)
Publicidade e propaganda	(39)	(35)	(199)	(179)
Viagens e estadias	(7)	(13)	(101)	(102)
Outros gastos	(86)	(78)	(1.071)	(1.766)
Total	(1.034)	(1.087)	(18.997)	(18.471)

27 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas consolidadas segregadas por natureza, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Frete Marítimo	(5.442)	(10.737)
Frete Rodoviário	(4.854)	(2.922)
Custos aduaneiros	(2.958)	(2.993)
Comissões sobre vendas	(690)	(1.031)
Armazenagem	(395)	(146)
Salários	(864)	(719)
Férias e 13º salário	(203)	(159)
Serviço de terceiros	(64)	(139)
Publicidade e propaganda	(12)	(198)
Provisões para perdas	(95)	(760)
Encargos sociais	(194)	(153)
Depreciações	(11)	(4)
Outros gastos	(346)	(286)
Total	(16.128)	(20.247)

28 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Despesas de litígios fiscais (a)	(16)	(2.977)	(656)	(4.765)
Provisões (Reversões) de contingências	-	-	(4.605)	(3.018)
Provisão para perda (b)	-	-	(2.717)	(4.275)
Custo na alienação de ativos	-	-	(300)	-
Reversão de créditos tributários	-	-	(1.802)	(1.230)
Despesas fábricas inativas	-	-	(1.103)	(3.523)
Despesas Gerais	-	-	(212)	(288)
Perdas da enchente (c)	-	-	(11.154)	(9.498)
Total	(16)	(2.977)	(22.549)	(26.597)

a) Em março de 2023 a Companhia e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, realizaram o registro de débitos tributários que constavam em discussão judicial junto a Receita Federal do Brasil, aderindo ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), ou “Litígio Zero”. Tal programa prevê a renegociação de dívidas por meio de transação tributária, e sua homologação ocorreu em outubro de 2024.

b) Compõe a rubrica “provisão para perda”, o montante de R\$ 2.935 referente ao reconhecimento de ajuste pela redução ao valor recuperável pertinentes a Granja São Rafael e a unidade de Jaraguá do Sul, conforme nota explicativa nº 9-b - Propriedades para Investimento, além da reversão de outras provisões no montante de R\$ (218).

c) O montante de R\$ 11.154 refere-se as perdas e gastos necessários para retomada das atividades nas unidades de Lajeado e Arroio do Meio, as quais foram severamente atingidas pelas cheias do Rio Taquari entre os meses de abril e maio de 2024. Os valores estão apresentados de forma detalhada na nota explicativa nº 34.2 - Enchente.

29 - Outras receitas operacionais

Abaixo estão apresentadas as outras receitas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Créditos Fiscais (a)	-	-	7.128	5.131
Acordos Judiciais (b)	-	-	-	3.786
Venda de ativos	-	-	-	1.350
Venda de sucata e lenha	-	-	965	159
Receita de aluguel	-	-	922	842
Recuperação de Despesas	-	9	930	1.226
Total	-	9	9.945	12.494

- a) Compõe o montante desta rubrica, o valor de R\$ 6.394 referente ao trabalho de recuperação de créditos de Pis e Cofins do período de 2018 à 2023. Deste montante, R\$ 2.531 já foi homologado pela Receita Federal do Brasil, e já utilizado para compensação de impostos correntes.
- b) O valor de R\$ 3.786 apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, explanado de forma detalhada neste formulário na nota explicativa nº 8 - Outros Ativos.

30 - Despesas financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Juros atualização dívidas tributárias (a)	(53)	(40)	(17.671)	(21.786)
Juros operações partes relacionadas (b)	(12.252)	(9.217)	(12.252)	(9.347)
Variações cambiais passivas	-	-	(14.991)	(15.081)
Encargos legais	-	-	(4.295)	(3.230)
Juros de arrendamentos	-	-	(1.054)	(731)
Outras despesas financeiras	(9)	(9)	(1.127)	(941)
Total	(12.314)	(9.266)	(51.390)	(51.116)

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 19 - Partes Relacionadas, rubrica "Acionistas e outros".

31 - Receitas Financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Variações cambiais ativas	-	-	19.010	14.200
Descontos financeiros obtidos	-	-	55	50
Juros de créditos Fiscais (a)	-	-	1.825	345
Outras receitas financeiras	-	8	721	935
Total	-	8	21.611	15.530

(a) Compõe a rubrica “juros de créditos fiscais”, o montante de R\$ 1.536 referente à atualização do crédito de INSS utilizado na compensação de impostos correntes no exercício de 2024.

32 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

Nos quadros abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Industrializados		Serviços e Processamentos		Corporativo (Centro Administrativo)		Total		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Receita bruta	171.084	182.797	197.493	202.554	-	-	368.577	385.351	
Impostos e devoluções	(11.443)	(14.823)	(2.246)	(2.462)	-	-	(13.689)	(17.285)	
Receita líquida	159.641	167.974	195.247	200.092	-	-	354.888	368.066	
Custos	(97.315)	(111.144)	(163.807)	(161.766)	-	-	(261.122)	(272.910)	
Lucro bruto	62.326	56.830	31.440	38.326	-	-	93.766	95.156	
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(18.997)	(18.471)	(18.997)	(18.471)	
Desp. com Vendas	(16.128)	(20.247)	-	-	-	-	(16.128)	(20.247)	
Outras Desp. Op.	-	-	-	-	(22.549)	(26.597)	(22.549)	(26.597)	
Outras Rec. Op.	-	-	-	-	9.945	12.494	9.945	12.494	
Resultado Intermediário	46.198	36.583	31.440	38.326	(31.601)	(32.574)	46.037	42.335	
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(51.390)	(51.116)	(51.390)	(51.116)	
Rec. Financeiras	-	-	-	-	21.611	15.530	21.611	15.530	
Resultado antes Tributos	46.198	36.583	31.440	38.326	(61.380)	(68.160)	16.258	6.749	
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	1.424	5.160	1.424	5.160	
CSLL e IRPJ Correntes	-	-	-	-	(5.632)	-	(5.632)	-	
Resultado líquido	46.198	36.583	31.440	38.326	(65.588)	(63.000)	12.050	11.909	
							Atribuído a acionistas controladores	12.025	11.885
							Atribuído a acionistas não controladores	25	24

33 - Lucro líquido por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/24	31/12/23
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro líquido do exercício (consolidado)	12.050	11.909
Lucro líquido diluído por ação	1,69716	1,67730

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

34 - Outros Assuntos

34.1 - Assembleia Geral Ordinária - AGO

Conforme fato relevante divulgado no dia 26 de abril de 2024, por decisão liminar proferida pelo Juízo do Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas, nos autos do processo nº 5014361-69.2024.8.21.0022, sem oportunizar manifestação prévia da Companhia, determinou a suspensão da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia convocada para se realizar no dia 26 de abril de 2024.

Por meio dos recursos processuais cabíveis a Companhia empregou todos os esforços para revogar a tutela deferida, demonstrando a regularidade dos atos praticados para realização da Assembleia e da estrutura societária e de governança, bem como, os prejuízos causados aos acionistas, no entanto, devido à apreciação em regime de plantão, a decisão foi mantida, permanecendo obstaculizada a realização da Assembleia.

O processo segue o rito comum de tramitação, sendo que a Companhia permanece tomando as medidas judiciais cabíveis para defender a ordem e regularidade das atividades administrativas. Diante da relevância destes acontecimentos, eventuais atualizações relevantes serão prontamente divulgadas ao mercado.

34.2 - Enchente

Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2024 emitido pela CVM no dia 20 de junho de 2024, relatamos os impactos, estimativas, riscos e incertezas relacionados ao evento climático ocorrido no Rio Grande do Sul no final do mês de abril de 2024.

Impacto Operacional e Financeiro

Devido a destruição causada nas instalações da unidade de embutidos, a operação ficou interrompida por aproximadamente dois meses, período no qual foram realizadas adequações estruturais, remontagem e higienização de equipamentos. Neste período ocorreu uma queda significativa na receita, todavia, a partir de 28 de junho a produção foi reestabelecida, e até o final do exercício de 2024, a unidade Fábrica de Embutidos já atingiu sua capacidade máxima de produção.

As perdas e gastos apurados representam a quantia de R\$ 11.154 e estão demonstradas no quadro abaixo:

Natureza	Valor
Perdas Imobilizado	4.215
Ociosidade Fopag	3.871
Conservação e Manutenção	1.887
Locação de Máquinas	1.181
	11.154

Os valores acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas Operacionais”, conforme indicado na nota explicativa nº 28.

Riscos e Incerteza

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da situação econômica, a Companhia buscou o alongamento de prazos junto a seus fornecedores e parceiros, bem como se utilizou de prorrogações de vencimentos tributários, concedidas pelos governos Estadual e Federal.

Em relação as orientações contidas no ofício-circular nº 1/2024 emitido pela CVM, informamos que não identificamos nenhum impacto relacionado a enchente que possa ter algum tipo de ajuste referente a valor justo, provisões e contingências ativas e passivas, reconhecimento de receitas e provisão para perdas esperadas.

34.3 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece significativas mudanças no sistema tributário nacional. O modelo da reforma tributária está baseado num IVA - Imposto sobre Valor Agregado, o qual deve incidir apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que foi taxado nas etapas anteriores, e evitando a cumulatividade na cobrança dos tributos ao longo das cadeias produtivas. O IVA será repartido em duas competências, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Com um longo período de transição que compreende os anos de 2026 a 2032, o ano de 2025 será ainda um período de adaptações e análises, já que novas leis complementares devem ser regulamentadas, bem como o desenvolvimento do sistema de cobrança da CBS e do IBS. Neste sentido, a Companhia vem monitorando o andamento do tema, e avaliando as necessidades de investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos.

Os impactos das novas regras tributárias somente serão conhecidos plenamente quando da finalização do processo de regulamentação de temas ainda pendentes, conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

34.4 Composição da Diretoria

Conforme fato relevante divulgado no dia 31 de maio de 2024, a Companhia informa que foi deliberada pelo Conselho de Administração, a redução na composição da diretoria, mediante a destituição dos diretores Tiago Silveira do Pinho (Presidente) e Fernando Ataíde Silva Jorge (Relação com Investidores).

Informa ainda que foram eleitos Margareth Schacht Herrmann como Diretora presidente, e Tiago Fonseca Siqueira como Diretor de Relações com Investidores, sendo que ambos já integravam a Administração.

A Companhia reforça seu compromisso com os acionistas e o mercado em geral, destacando o agradecimento aos serviços prestados pelos senhores Tiago Pinho e Fernando Jorge durante o período em que se dedicaram à administração das Companhias.